

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL GOIANO – CAMPUS CERES
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

MONIKY HELLEN DE LIMA APOLINÁRIO

**REVISÃO DE LITERATURA SOBRE PRÁTICAS EDUCATIVAS PARA O ENSINO
DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS**

MONIKY HELLEN DE LIMA APOLINÁRIO

Projeto para trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Instituto Federal Goiano – Campus Ceres, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Ciências Biológicas, sob orientação do(a) docente Vanessa Maria Marques Salomão.

Sistema desenvolvido pelo ICMC/USP
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas - Instituto Federal Goiano

AAP643 Apolinário, Moniky Hellen de Lima
r REVISÃO DE LITERATURA SOBRE PRÁTICAS EDUCATIVAS
PARA O ENSINO DE ALUNOS COM NECESSIDADES
EDUCACIONAIS ESPECIAIS / Moniky Hellen de Lima
Apolinário; orientador Vanessa Maria Marques
Salomão. -- Ceres, 2022.
21 p.

TCC (Graduação em Graduação em Licenciatura em
Ciências Biológicas) -- Instituto Federal Goiano,
Campus Ceres, 2022.

1. Inclusão. 2. Ensino-aprendizagem. 3. Educação.
4. Conscientização. I. Maria Marques Salomão,
Vanessa, orient. II. Título.

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES
TÉCNICO-CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO**

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

Identificação da Produção Técnico-Científica

- Tese Artigo Científico
 Dissertação Capítulo de Livro
 Monografia – Especialização Livro
 TCC - Graduação Trabalho Apresentado em Evento
 Produto Técnico e Educacional - Tipo: _____

Nome Completo do Autor: Moniky Hellen de Lima Apolinário

Matrícula: 2016103220510079

Título do Trabalho: Revisão de Literatura sobre Práticas Educativas para o ensino de alunos com Necessidades Educacionais Especiais

Restrições de Acesso ao Documento

Documento confidencial: Não Sim, justifique: _____

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: 07/12/2022

O documento está sujeito a registro de patente? Sim Não

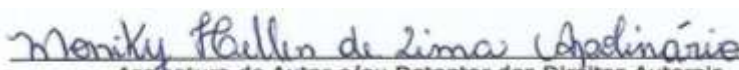
O documento pode vir a ser publicado como livro? Sim Não

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

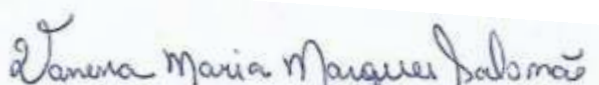
O/A referido/a autor/a declara que:

- o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

CERES, 07/12/2022.


Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

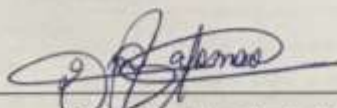
Ciente e de acordo:


Assinatura do(a) orientador(a)

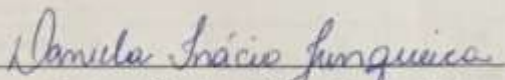
ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CURSO

Ao(s) 29 dia(s) do mês de novembro do ano de dois mil e vinte dois, realizou-se a defesa de Trabalho de Curso do(a) acadêmico(a) Meriky Bellem de Lima Apolinário, do Curso de Ciências Biológicas, matricula _____, cujo título é "Revisão de literatura sobre práticas educativas para o ensino de alunos com necessidades educacionais especiais". A defesa iniciou-se às 19 horas e 12 minutos, finalizando-se às 20 horas e 03 minutos. A banca examinadora considerou o trabalho Aprovado com média 6,9 no trabalho escrito, média 8,1 no trabalho oral, apresentando assim média aritmética final de 7,5 pontos, estando o(a) estudante aprovada para fins de conclusão do Trabalho de Curso. Após atender às considerações da banca e respeitando o prazo disposto em calendário acadêmico, o(a) estudante deverá fazer a submissão da versão corrigida em formato digital (.pdf) no Repositório Institucional do IF Goiano – RIIF, acompanhado do Termo Ciência e Autorização Eletrônico (TCAE), devidamente assinado pelo autor e orientador.

Os integrantes da banca examinadora assinam a presente.



Assinatura Presidente da Banca



Assinatura Membro 1 Banca Examinadora



Assinatura Membro 2 Banca Examinadora

RESUMO

O presente estudo realizou uma revisão de literatura sobre práticas educativas para a educação especial com foco em alunos com deficiência auditiva. Para isso, este trabalho visou explicitar os desafios e possíveis soluções sobre práticas educativas para alunos com deficiência auditiva, bem como ressaltar a importância do ensino especial de qualidade, como veículo de conscientização popular para a formação de professores e alunos conscientes. A partir disso, esse estudo contribuiu para entendermos a realidade dos alunos com necessidades educacionais especiais de uma forma mais clara e humana, tornando possível assim, compreender o contexto escolar numa perspectiva do aluno, ressaltando suas dificuldades e necessidades específicas. Para tanto, este trabalho buscou estudar diversos referenciais bibliográficos, a partir de um estudo exploratório, que mobilizou reflexões sobre práticas eficazes para o ensino inclusivo. Assim, esse estudo foi conduzido a partir de uma análise teórica de literatura, a partir de artigos relacionados ao tema que permeiam a área de estudo dos métodos e aplicações lúdicas. Percebemos, a partir do levantamento bibliográfico, o quão importante é o investimento de políticas públicas voltadas ao ensino inclusivo, assim como, a necessidade de professores em driblar as dificuldades e encontrar métodos especiais e adaptados, para ensinar os alunos com necessidades educacionais especiais.

Palavras-chave: Inclusão; Ensino-aprendizagem; Educação; Conscientização.

ABSTRACT

The present study carried out a literature review on educational practices for special education focusing on students with hearing impairment. For this, this work aimed to explain the challenges and possible solutions on educational practices for students with hearing impairment, as well as highlighting the importance of quality special education, as a vehicle of popular awareness for the formation of conscious teachers and students. From this, this study contributed to understanding the reality of students with special educational needs in a clearer and more humane way, thus making it possible to understand the school context from a student's perspective, highlighting their specific difficulties and needs. Therefore, this work sought to study several bibliographic references, from an exploratory study, which mobilized reflections on effective practices for inclusive education. Thus, this study was conducted from a theoretical literature review, from articles related to the topic that permeate the area of study of methods and playful applications. We realized, from the bibliographic survey, how important is the investment of public policies aimed at inclusive education, as well as the need for teachers to circumvent the difficulties and find special and adapted methods to teach students with special educational needs.

Keywords: Inclusion; Teaching-learning; Education; Awareness.

Sumário

INTRODUÇÃO	1
OBJETIVOS	2
1.1. Objetivo Geral	2
1.2. Objetivos Específicos	2
MATERIAIS E MÉTODOS	3
DESENVOLVIMENTO: REVISÃO DE LITERATURA	4
4.1 Reflexões sobre práticas inclusivas na educação especial	4
4.2. Práticas inclusivas na educação especial para deficientes auditivos	10
CONSIDERAÇÕES FINAIS	13
REFERÊNCIAS	14

INTRODUÇÃO

O princípio democrático da educação, esta que se dá para todos, só é evidenciado nos sistemas educacionais que se especializam para todos os alunos e não apenas para alguns deles. Assim, práticas de inclusão se tornam consequências de um ensino que seja de qualidade para todos os alunos, o que provoca e exige da escola brasileira novos posicionamentos que aperfeiçoem suas práticas metodológicas. Esse contexto exige inovações implicadas em um esforço de atualização e reestruturação de condições atuais da maioria das escolas de nível básico (STINGHEN & LEVORATO, 2019).

“A escola aberta para todos é a grande meta e, ao mesmo tempo, o grande problema da educação na virada do século. Mudar a escola é enfrentar uma tarefa que exige trabalho em muitas frentes sendo que uma delas é exercer a função de educar para a vida. (STINGHEN & LEVORATO, 2019, p. 4)”

A partir disso, Stinghen & Levorato (2019) ainda indagam que a educação inclusiva implica na criação de alternativas didáticas e metodológicas que contenham em seus princípios, opções e meios para propiciar a aquisição de experiências e aprendizado tanto individuais, como coletivas. Nesta circunstância, é importante destacar a importância do professor no contexto inclusivo, uma vez que seu cotidiano é repleto de atividades e práticas de ensino-aprendizagem com uma vasta ementa com atividades coletivas.

Assim pressuposto, defendemos que o professor deve estar preparado e sempre capacitado para atuar junto a todas as pessoas, sejam eles alunos com Necessidades Educacionais Especiais ou não. Realizando comparativos e pensamentos, podemos ressaltar que, como professores, devemos estar sempre preparados para situações que exijam acolhimento de alunos diversos, incluindo os com alguma necessidade específica.

Desse modo, buscou-se refletir sobre práticas que venham a ser satisfatórias no desenvolvimento e na aprendizagem de uma criança com problemas auditivos dentro de sala de aula. Em termos teóricos, o presente trabalho propõe um diálogo com ênfase na escola de Vygotsky (2000), evidenciando a teoria histórico-cultural dos estudantes com necessidades especiais, de modo a garantir o ensino inclusivo e de qualidade para os alunos que carecem de ações específicas.

Dessa forma, além de refletir sobre o papel do professor na inclusão de estudantes especiais na sala de aula, buscamos na teoria histórico-cultural elementos capazes de fundamentar a prática com alunos especiais, das

diversas áreas e das mais diversas distinções de necessidades educacionais especiais e deficiência auditiva. O que permite uma maior capacidade de entender e atuar como docentes inclusivos, capacitados para receber tais alunos. Assim, esta pesquisa pode se tornar um referencial para professores que lidam com os alunos NEE e DA na sala de aula cotidianamente.

Todavia, como visto no cotidiano escolar com alunos comuns, alunos NEE também necessitam de incentivo para aprender e desejar participar das atividades e dinâmicas. O problema é que nem sempre buscamos adaptar brincadeiras de forma exclusiva para estes alunos NEE, mas sim efetivar métodos padronizados que todos precisem participar e se sintam importantes na atividade. O professor tem como responsabilidade desenvolver atividades que sejam benéficas e significativas para os alunos no geral.

O estudo aqui dissertado teve como foco a reflexão sobre as possibilidades de capacitação do professor e dos profissionais de apoio que atuam nas escolas inclusivas. Acreditamos que capacitar tais profissionais e alcançar um ensino de qualidade para estes alunos que necessitam de apoio pedagógico pode potencializar suas cognições e tornar seu aprendizado mais significativo, além de estabelecer melhores relações com professores e alunos.

Com isso, buscamos construir um instrumento de conscientização para escola e também a comunidade sobre a importância da implementação e constância de métodos inclusivos nas escolas, para que os modos aplicados de forma inclusiva possibilitem maior aprendizado e interação interpessoal destes alunos com deficiência auditiva com os demais alunos “comuns” com o corpo escolar e comunidade.

OBJETIVOS

1.1. Objetivo Geral

Realizar uma revisão de literatura sobre práticas educativas para os alunos com Necessidades educacionais especiais com foco em alunos com deficiência auditiva.

1.2. Objetivos Específicos

- Explicitar os desafios e possíveis soluções sobre práticas educativas para alunos com deficiência auditiva;

- Ressaltar a importância do ensino especial de qualidade, como veículo de conscientização popular para a formação de professores e alunos responsáveis.

MATERIAIS E MÉTODOS

A partir de tal perspectiva, o presente trabalho buscou estudar referenciais bibliográficos que mobilizaram reflexões sobre práticas eficazes para o ensino inclusivo, a inclusão em sala de aula, as relações interpessoais dentro da sala, as práticas metodológicas e seus impactos na inclusão, a valorização da igualdade nas áreas de ensino, realizando comparativos e conectivos dos assuntos de forma qualitativa.

Essa revisão de literatura encaixa o trabalho de conclusão de curso como um estudo exploratório, sendo realizado por meio de pesquisas bibliográficas, definido por Gil (2008, p. 50) como um estudo desenvolvido “a partir de material já elaborado, constituído de livros e artigos científicos”. Tais artigos foram pesquisados na plataforma *Google* e *Google Academic*, em justificativa a uma maior potencialidade de artigos e qualidade de informações.

Para a realização do estudo, foram utilizadas bases literárias para o maior aprofundamento do tema, como Marshall (1967) - *Cidadania, classe social e status*; Cunha (2009) - *Afeto e Aprendizagem, relação de amorosidade e saber na prática pedagógica*; Pino (2010) - *A criança e seu meio: contribuição de Vigotski ao desenvolvimento da criança e à sua educação*; Leontiev (2012) - *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*; Soares (2015) - *Jogos e atividades lúdicas para o ensino de química*; Paixão et al. (2016) - *Formação do professor de educação física e as dificuldades no início de carreira em escolas de ensino básico*; Ambrós & Oliveira (2017) - *O aluno com transtorno do espectro autista na sala de aula: caracterização, legislação e inclusão*; Souza (2018) - *A importância do brincar e do aprender das crianças na educação infantil*; Fagundes & Ribas (2019) - *Análise praxiológica do voleibol sentado: elementos para o processo de ensino-aprendizagem a partir da lógica interna*; Stingham & Levorato (2019) - *Como atuar com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais nas aulas*.

Também foram estudadas literaturas de Vygotsky (1994, 1997, 1998, 2000, 2001), Gadotti (1997) - *Autonomia da escola: princípios e preposições*; Saltini (2008)

- *Afetividade e Inteligência*; Pinto & Tavares (2010) - *O Lúdico na Aprendizagem: Aprender a Aprender*; Silva (2014) - *Alimentação na adolescência e as relações com a saúde do adolescente*; Pinto & Nunes (2019) - *A literatura infantil no processo de inclusão de alunos com deficiência auditiva*; Procópio (2021) - *A inclusão de alunos com deficiência auditiva nas aulas de educação física escolar do ensino fundamental*; entre outros.

Nessa perspectiva, o trabalho buscou argumentar a partir de evidências já confirmadas, relatadas e descritas sobre a influência das práticas inclusivas de alunos, como razão essencial para o ensino de qualidade para todos os alunos. Evidenciando suas competências e permitindo assim, a possibilidade de se realizar comparativos e criar um balanço teórico que venha a fim de auxiliar futuros pedagogos que venham a trabalhar com a temática empregada.

DESENVOLVIMENTO: REVISÃO DE LITERATURA

4.1 Reflexões sobre práticas inclusivas na educação especial

Para Gadotti (1997), a escola tem como principal papel a ação de educar e ensinar através da transformação do saber cotidiano em saber científico, motivando o aluno a exercitar a criticidade individual. Da mesma forma, Pino (2010) destaca que a influência do meio no desenvolvimento da criança dependerá da própria dinâmica do seu desenvolvimento, então, em cada uma das etapas em que se encontra a criança.

Logo, toda criança tem o direito ao acesso à educação, o que lhe garante cidadania, de modo que, quando o Estado garante que todas as crianças serão educadas, ele contribui para o desenvolvimento de cidadãos em formação. “O direito à educação é um direito social de cidadania genuíno porque o objetivo da educação durante a infância é moldar.” (MARSHALL, 1967, p. 73) Tal aspecto é também garantido e afirmado por lei da Constituição Federal de 1988 Art. 205. Art. 206.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I. igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

Levando em consideração tal fator, os alunos NEE também tem seu direito de educação garantido pelo Estado. Anjos, Andrade & Pereira (2009) comentam que o conceito de inclusão foi elaborado em um movimento histórico que tem suas origens nas lutas das pessoas com deficiência por acesso à educação. Este possui, portanto, nas suas bases, a história da educação especial, que tradicionalmente é conhecida por um processo evolutivo que atravessa um período de segregação, passa por esforços integrativos e deságua no movimento inclusivista.

Nas práticas segregacionistas iniciais, que buscavam educar o deficiente entre seus iguais, afastando-os do restante da sociedade, a deficiência era tida como própria do indivíduo e a ciência empenhava-se em caracterizar e categorizar os distúrbios a partir de um modelo médico da deficiência, amparado na categorização, na prevenção e na busca de cura (ANJOS, ANDRADE & PEREIRA, 2009, p.117)

Todavia, os mesmo autores ressaltam que as críticas a tais concepções e práticas evoluíram para uma visão integracionista. Baseados em argumentos de Marchesi & Martin (1999), eles abordam que, no campo científico, era enfatizado e deslocado fatores orgânicos e/ou individuais para os fatores sociais ou ambientais, ocorrendo um processo de transição do modelo médico para o modelo social da deficiência. Nesse contexto, os esforços pedagógicos se concentraram então em adequar a pessoa com deficiência, aproximando-a ao máximo dos padrões da escola comum.

Por conseguinte, atualmente a reflexão é outra e entende-se que toda criança tem o direito ao acesso à educação formal. Levando em consideração tal fator, os alunos com NEE também tem seu direito de educação garantido pelo Estado. Tais crianças necessitam de auxílio para a obtenção de aprendizado e conhecimento, o que nos leva a afirmar que os professores têm a responsabilidade e o compromisso de garantir que esse ensino seja realizado da melhor forma possível.

Para Ambrós e Oliveira (2017), não devemos esquecer que a educação especial é um modelo de ensino. Logo, é um sistema de educação ao qual é caracterizado por um público-alvo, que necessita de um olhar diferenciado, pois nessa perspectiva a escola ao receber os alunos NEE, vão precisar reorganizar-se para que todos, inclusive os NEE, tenham sucesso em seu desenvolvimento social, afetivo e cognitivo.

Logo, é muito importante que a instauração da educação aberta às diferenças e ao ensino inclusivo, o professor de apoio, capacitado para os alunos com NEE e DA precisa continuar por meio da

realização de cursos de formação específica e continuada na área, devem ser pontos cruciais a serem trabalhados. No entanto, essa qualificação também deve ser construída de forma contínua no interior das escolas, à medida que os problemas de deficiências prejudicam o desenvolvimento e a socialização dos alunos nas aulas (PAIXÃO *et al.*, 2016).

A autora Mendes (2002) deixa a entender que os alunos NEE aprendem melhor quando “separados” dos alunos considerados “normais”, porém o ensino complexo ajuda mais no aspecto de desenvolvimento e aprendizagem do aluno NEE, pois, eles vão estar tentando ser melhor a cada dia, vivenciando em ambientes adequados. Já na perspectiva de Leontiev (2012), para ensinar de maneira eficiente, para se alcançar o “bom ensino-aprendizagem” o professor precisa compreender e explicar as especificidades do indivíduo humano, a sua atividade e o seu psiquismo, entendendo que a consciência, o comportamento humanos são sensíveis às condições históricas e sociais e que essas condições se modificam por meio da educação escolar, por meio da mediação do professor, dos pares, dos instrumentos pedagógicos.

Ambrós e Oliveira (2017) reforçam que, com o passar dos anos, o espaço de inclusão nas instituições de ensino foi gradualmente preenchido, assim como foram adquirindo direitos. A respeito dos seus direitos constitucionais, pode-se destacar a Constituição Federal de 1988 que dedica à Educação, no Art. 208, que explicita que é dever do governo com a Educação ser efetivado garantindo que o atendimento educacional especializado para pessoas com alguma deficiência deve se dar, preferencialmente, na rede regular de ensino (BRASIL, 1988).

Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem, aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades, escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas proveem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 1).

Assim dito, a legislação vem com o intuito de facilitar a inclusão desses alunos, dando a eles direito ao ensino. Descrevendo que o cumprimento dessas leis oferece um ensino adaptado à necessidade e conforme suas potencialidades. Desta

forma, cabe à escola ser provedora das reformas pedagógicas que darão suporte ao movimento de inclusão no ambiente de ensino (AMBRÓS & OLIVEIRA, 2017).

Comentamos que o processo educativo requer que o professor exerça um papel como mediador do ensino-aprendizagem aos alunos. Mediando dessa forma, o professor pode utilizar de uma ferramenta que irá facilitar efetivamente esse processo, que é a afetividade. Neste contexto, Cunha (2008) nos evidencia a importância que o professor tem ao procurar e conhecer o seu aluno de forma particular, principalmente no que diz respeito aos estágios de desenvolvimento cognitivo de seus alunos, para que assim possa utilizar os recursos adequados tornando-os também estimulativos, facilitando assim de forma significativa o aprendizado destes alunos.

Em qualquer circunstância, o primeiro caminho para a conquista da atenção do aprendiz é o afeto. Ele é um meio facilitador para a educação. Irrompe em lugares que, muitas vezes, estão fechados às possibilidades acadêmicas. Considerando o nível de dispersão, conflitos familiares e pessoais e até comportamentos agressivos na escola hoje em dia, seria difícil encontrar algum outro mecanismo de auxílio ao professor mais eficaz” CUNHA (2008, p. 51).

O autor ainda relata que é de extrema importância que o docente em sala de aula conheça todos os estágios do desenvolvimento cognitivo de seu aluno, para que possa utilizar os mecanismos educativos, que sejam apropriados que promovam práticas pedagógicas, lúdicas, estimulantes, não restritivas, e que se adequem ao período de amadurecimento para cada idade.

Cunha (2008) ainda nos mostra a importância que é de conhecermos os estágios do desenvolvimento cognitivo das crianças, explicando que à medida que esta verdade torna-se presente, provavelmente influenciará nossa prática pedagógica. Dessa forma, instaura-se a necessidade do envolvimento pessoal do professor para com o aluno. Cunha (2008, p. 67) nos diz:

O que vai dar qualidade ou modificar a qualidade do aprendizado será o afeto. São as nossas emoções que nos ajudam a interpretar os processos químicos, elétricos, biológicos e sociais que experimentamos, e a vivência das experiências que amamos é que determinará a nossa qualidade de vida. Por esta razão, todos estão aptos a aprender quando amarem, quando desejarem, quando forem felizes.

Assim explicitado, observa-se que a afetividade deve então estar fluindo sempre dentro da sala de aula, pois dessa forma, na sala de aula, onde ocorre o desenvolvimento da educação emocional, que prepara e desenvolve estes alunos a

adquirirem ótimas relações interpessoais. Desta forma principalmente, esses alunos sejam alunos comuns ou NEE terão melhores condições intelectuais de aprender, uma vez que estes estarão tendo as suas necessidades atendidas pelo professor, que procurará adequar a realidade vivenciada por cada estudante, e suas distintas realidades, utilizando este espaço para o aprendizado do aluno Saltini (2008).

Tais crianças necessitam de auxílio para a obtenção de aprendizado e conhecimento. Assim como explicado por Leontiev (2012) comentando que grandes quantidades de crianças encontrados em todos os países do mundo manifestam um atraso no seu desenvolvimento intelectual, quando sob todos os outros pontos de vista nada as diferencia essencialmente das outras crianças da mesma idade. Estas crianças são incapazes de estudar com resultados e em ritmos satisfatórios nas condições consideradas normais.

Mas quando são colocadas nas condições que lhes convém e lhes aplicam métodos de ensino especiais, a experiência mostra que em muitos casos conseguem fazer consideráveis progressos e por vezes mesmo liquidar completamente seu atraso (LEONTIEV, 2012, p. 337).

Leontiev (2012), ainda salienta que os professores precisam adotar um olhar diferenciado para alunos com necessidades especiais, afinal, conforme os estudos vygotskyanos, essas crianças, assim como as crianças ditas “normais”, são capazes de aprender. O autor ainda acrescenta que as crianças têm capacidade de aprender os conteúdos com bom rendimento, não com os mesmos métodos, mas por meio de métodos diferenciados, que também podem e devem ser aplicados para os demais alunos, de modo que as crianças com necessidades educacionais especiais devem aprender juntas, sob a mediação do professor.

Leontiev também reforça que o professor deve estudar as teorias da aprendizagem, as fases do desenvolvimento, as tendências pedagógicas, de modo a compreender de maneira crítica, pode-se chegar a origem dos problemas educacionais, a partir de então, perceber que somente a articulação teoria-prática-teoria, pode promover uma educação mais inclusiva, democrática e humanizada (Leontiev, 2012).

Pode ser argumentado, que a importância da afetividade do professor para o aluno em sala de aula também podem influenciar em um bom ensino-aprendizado e inclusão de alunos especiais, assim como dito por Saltini (2008, p.98) “O educador sensível é aquele que questiona suas ações baseando-se na abordagem que a criança

faz da realidade, verbalizando uma realidade vista a seu modo (criança), com as suas capacidades estruturais, funcionais e afetivas”. O mesmo autor complementa dissertando que a inter-relação do educador com o grupo de discentes e com cada um em particular é contínua, e se dá o tempo todo, em todo âmbito escola, seja na sala, nos corredores ou no pátio, e é em função dessa proximidade afetiva que se dá a interação com os objetos e a construção de um conhecimento altamente envolvente. Nesse contexto o mesmo autor disserta que essa inter-relação é o fio condutor, se tornando o suporte afetivo do conhecimento (SALTINI, 2008).

Enfatiza-se ainda que a inclusão através de métodos educativos lúdicos podem ter grande impacto no ensino-aprendizagem destes alunos NEE, uma vez que a aplicação de estratégias lúdicas de ensino vem a ser incrivelmente satisfatórias para se alcançar bons resultados, e um ensino-aprendizado concreto. Logo, muitas vezes pensamos que a aplicação de metodologias lúdicas só são interessantes para o maternal ou anos iniciais, mas a aplicação de estratégias lúdicas vai muito além. Para Soares (2015), a ludicidade não é referente apenas à fase infantil, mas permanece até mesmo no adulto, tendo suas interfaces modificadas com o crescimento do indivíduo, ou seja, nas modalidades de brinquedo e nas maneiras de brincar.

O lúdico desempenha um papel vital na aprendizagem, pois através desta prática o sujeito busca conhecimento do próprio corpo, resgatam experiências pessoais, valores, conceitos, buscam soluções diante dos problemas e tem a percepção de si mesmo como parte integrante no processo de construção de sua aprendizagem, que resulta numa nova dinâmica de ação, possibilitando uma construção significativa (PINTO; TAVARES, 2010, p. 233).

Entende-se que o lúdico auxilia na preparação para a vida adulta, pois segundo Soares (2015), logo, às vivências na infância e na adolescência devem oportunizar uma formação voltada para o enfrentamento das mudanças e problemáticas inerentes ao cotidiano. Ao argumentar mais um benefício do brincar, o autor Silva (2014, p. 3), afirma que “brincar é fundamental para a criança e o adolescente controlar impulsos, manter o equilíbrio, além de ser importante para poder compreender, e se relacionar com o mundo, pois, as atividades lúdicas desenvolvem a capacidade cognitiva”.

Nessa perspectiva, podemos ressaltar que estas práticas, voltadas a estratégias de ensino podem vir a possibilitar uma maior imersão de alunos NEE em um contexto de socialização inclusiva com os demais alunos “comuns”. Utilizando

recursos que chamem a atenção dos alunos de uma forma generalizada, enfatizando experiências visuais que não obrigatoriamente necessitem de percepções auditivas.

A partir da percepção de Procópio (2021), podemos reafirmar a importância da capacitação dos professores e da função do profissional para o incentivo do processo de apoio é uma necessidade e realidade nas escolas. Nesse sentido, ressaltar que o professor é visto por muitos como formador de opinião e influenciador de transformação, sobretudo porque está no dia a dia envolvido diretamente com os alunos, com isso precisa ter consciência da sua responsabilidade social e atuar de forma efetiva na busca pela inclusão escolar, o que é possível se houver procura por mudança para a eliminação de obstáculos, como preconceitos e atitudes de exclusão. Nesse contexto, argumentar que é necessário que os professores permaneçam disponíveis para novas práticas de ensino e estejam sempre em busca de atualizações e formação contínua no processo de inclusão escolar para deficientes auditivos (PROCÓPIO, 2021).

Destacando que o professor e demais funcionários da escola envolvidos no processo de inclusão precisam ter consciência de que a educação é um importante meio de ascensão social, principalmente para possibilitar o crescimento intelectual e a qualificação profissional dos alunos surdos (PROCÓPIO, 2021).

4.2. Práticas inclusivas na educação especial para deficientes auditivos

Como está Descrito na Política Nacional de Educação Especial (1994, p.14), a surdez pode ser definida como uma característica que pode ser atribuída pela perda total ou parcial da audição, podendo ser congênita ou adquirida. Tal artigo ainda descreve que essa deficiência pode ser caracterizada, principalmente, de duas formas: sendo estas a surdez leve ou moderada, e a surdez profunda, que são distinguidas pela capacidade de ouvir sons acima ou abaixo de 70 decibéis.

Quando pensamos no ambiente escolar, evidencia-se que seja de essencial importância saber que tipo de deficiência o aluno tem, uma vez que as atitudes diversas serão direcionadas de acordo com a especificidade de cada um. Almeida (2011) ainda descreve que o aluno com surdez leve, por exemplo, consegue identificar sons, já o com surdez profunda não consegue.

Para Martins e Giroto (2011):

Infelizmente, grande parte dos alunos surdos, frequentadores de classe inclusiva, no ensino regular, não tem acesso aos conhecimentos valorizados culturalmente pela escola, pelo fato de não terem se apropriado de um sistema linguístico, seja este auditivo-verbal ou gesto-visual, no caso de uma língua de sinais (MARTINS e GIROTO, 2011, p. 3).

Nesse sentido, na grande maioria dos casos, a criança começa a ter um atendimento especial no momento em que esta, vai para a escola, entretanto, quanto mais precoce for diagnosticada a perda de audição, mais fácil será sua adaptação e para que o seu encaminhamento e seu desenvolvimento, uma vez que com o tempo as dificuldades de linguagem, de socialização, psíquicas e também cognitivas tendem a aumentar. Para Hornes (2015).

Ao ser constatada a deficiência, inicialmente deve ser feito um trabalho com os pais e familiares próximos, para compreenderem como o surdo pensa, e aprenderem a como se comunicar com ele. Em seguida, ao ser diagnosticado o grau da surdez, a criança é encaminhada ao fonoaudiólogo, profissional da área, que poderá indicar o uso de aparelho auditivo, ou não, dependendo do caso (HORNES, 2015, p. 20).

O autor ainda argumenta que alguns deficientes auditivos podem desenvolver a linguagem oral, e que em outros casos outras possuem uma oralidade mínima, esta que deve ser complementada com a escrita e com sinais, já que, em certos casos, a criança desenvolve a leitura labial e fisionômica. Assim, ainda podemos explicitar que em sala de aula, tais informações são muito importantes, uma vez que sabendo qual é a melhor forma de comunicação com o surdo, a aprendizagem ocorre com mais eficiência, pois o professor pode prever qual metodologia utilizar nas suas aulas.

Pinto & Nunes (2019) explicita que a língua por excelência é o instrumento de constituição de luta contra práticas sociais desiguais. Assim, ao utilizar a língua de sinais, produção textual e a dramatização como métodos para aprendizagem, não se resulta só em benefícios para para a aprendizagem dos respectivos discentes surdos, mas também para sua inserção enquanto cidadão que possui direitos.

Enfatiza-se que a grande maioria dos docentes encontram dificuldades no ensino para os alunos com problemas auditivos. Sobre essa comunicação, Pinto & Nunes (2019) reforça que as maneiras de comunicar e expressar do aluno surdo devem ser valorizadas, assim como seu direito à educação com acesso à Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Neste contexto o peso de um profissional de apoio capacitado que atue como

tradutor de informações e responda perguntas e dúvidas deste aluno NEE.

Procópio (2021) também disserta que uma averiguação entre os professores a fim de descobrir se estes possuem o conhecimento sobre deficiência auditiva e capacitação em LIBRAS é de suma importância, a fim de constatar se as escolas apoiam os professores através de atualizações e formação contínua no processo de inclusão escolar para deficientes auditivos.

Entretanto, para que aconteça de fato a tão sonhada inclusão é necessário que se consolidem políticas públicas concretas que incentivem e valorizem especialmente os professores e demais funcionários da escola, além de haver o comprometimento de todos nesse processo, inclusive de toda sociedade, em especial da família dos deficientes auditivos, todos precisam ter consciência da LIBRAS para o desenvolvimento integral do aluno com deficiência auditiva (PROCÓPIO, 2021).

Podemos concluir que foi possível observar a importância da capacitação da equipe pedagógica no ambiente escolar, para a recepção de um(a) aluno(a) com necessidades especiais com ênfase nesses alunos com deficiência auditiva. Evidenciando a responsabilidade que tem o professor em sala de aula ao se deparar com situações que fogem da sua zona de conforto, como a inclusão de alunos NEE.

Foi possível constatar as grandes dificuldades que alunos com problemas auditivos enfrentam, sejam eles surdos, ou com baixa audição em sala de aula, como falta de estrutura, de conhecimento para relações e comunicação. Explicitando a grande importância da comunicação do professor-aluno nestes casos específicos como nos casos de deficiência auditiva.

Todavia, foi possível observar o quão importante é um profissional capacitado, ligada a uma prática eficaz. Assim o presente projeto para trabalho de curso demonstra grande importância para conosco como futuros professores, uma vez que este nos obstina mostrar que nós devemos sempre buscar formações eficientes e capacitações que nos possibilitem lidar com situações-problema encontrados em ambiente escolar.

Assim dissertado, evidenciar práticas pedagógicas que consigam melhorar a conversação professor e o aluno com deficiência auditiva devem ser implementadas. Produzindo então métodos lúdicos visuais, que venham a melhorar o convívio com este e também deste com os demais alunos. Ressaltando que a criação de ações que somente necessitem de atividades “mudas” cuja sua aplicação não necessite da

fala, como a implementação de atividades visuais, com desenhos, cores, gestos, etc. E dessa forma influenciando os demais alunos denominados “comuns” a assimilação do processo e da construção do “eu” mais consciente e inclusivo. Potencializando dessa forma o ensino e a inclusão destes alunos com deficiência auditiva, além de possibilitar uma maior imersão às relações interpessoais com os alunos comuns da sala de aula. Por sua vez, o ensino-aprendizagem já é um grande obstáculo enfrentado por professores em sala de aula, existindo a necessidade de sempre inovar e buscar estratégias metodológicas para ensinar. Logo, alunos com necessidades especiais da mesma forma precisam de estratégias para estabelecer um ensino-aprendizagem de qualidade.

A partir de tal contexto, os professores e funcionários ouvintes que compõem o quadro da educação no Brasil configuram o bilinguismo como proposta de ensino para os deficientes auditivos, uma vez que desta forma estarão aceitando a diferença do outro e ao mesmo tempo contribuindo para inclusão escolar e para diminuição do preconceito. Assim, podemos ainda argumentar que a literatura pesquisada, esse processo bilíngue no Brasil já tem uma grande repercussão e expectativa, mas a aceitação ainda é pequena entre os educadores (PROCÓPIO, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse Trabalho de Conclusão de Curso buscou organizar um instrumento científico, a partir de uma revisão de literatura, com foco nas práticas de inclusão do aluno NEE em sala de aula, com ênfase nos alunos com problemas auditivos. O estudo foi conduzido a partir de uma análise teórica de literatura, a partir de artigos relacionados ao tema que permeiam a área de estudo dos métodos e aplicações lúdicas.

Buscamos observar a realidade dos alunos NEE com ênfase nos deficientes auditivos de uma forma mais clara e humana. Permitindo assim construir um material autêntico, que permita novos professores e profissionais da educação conhecerem um pouco da temática.

Entendemos que observar o contexto escolar numa perspectiva do aluno é de suma importância, ressaltando suas dificuldades e necessidades específicas. Agindo

com intuito de elaborar métodos diversificados e inclusivos, como a capacitação de meios, de estruturas e de implementação de metodologias lúdicas que consigam ensinar e incluir esses alunos. Possibilitando assim que esses alunos tenham resultados eficientes ao ensino-aprendizagem, e em suma a inclusão.

A partir de tal concepção, os professores devem buscar métodos eficazes que alcancem o ensino-aprendizado destes alunos NEE. Ressaltando as grandes influências que as políticas públicas brasileiras têm, na idealização e implementação de tais práticas inclusivas. Uma vez que para que tais práticas e assistência necessária, muitos investimentos devem ser feitos, como em adequação de ambiente, contratação de professores de apoio, e explanação de ideias voltadas ao ensino-aprendizagem inclusivo.

Observamos que na grande maioria das vezes isso não ocorre de forma eficaz, sendo assim professores devem driblar as dificuldades e encontrar métodos especiais e adaptados, que consigam ensinar para esses alunos especiais da melhor forma possível sem a dependência de investimentos públicos ou auxílio das ementas governamentais. Assim, os alunos NEE necessitam de um professor

de apoio, a fim de conseguir uma melhor atenção ao aluno, como enfrentado por inúmeras crianças especiais.

REFERÊNCIAS

ANJOS, H. P. dos.; ANDRADE, E. P. de.; PEREIRA, M. R. **A inclusão escolar do ponto de vista dos professores: o processo de constituição de um discurso.** Universidade Federal do Pará, Faculdade de Educação de Marabá. Revista Brasileira de Educação v. 14 n. 40 jan./abr. 2009

ALMEIDA, J. D. de. **Inclusão do aluno com deficiência auditiva: um desafio à família e aos profissionais da educação.** Universidade de Brasília. BRASÍLIA. 2011.

AMBRÓS, D. M., OLIVEIRA G. P. **O aluno com transtorno do espectro autista na sala de aula: caracterização, legislação e inclusão.** I Seminário Luso-brasileiro de Educação Inclusiva. Universidade Federal de Santa Maria. Rio Grande do Sul. 2017. Pg. 209-220. Disponível em: <https://editora.pucrs.br/anais/i-seminario-luso-brasileiro-de-educacao-inclusiva/assets/artigos/eixo-3/completo-3.pdf> acesso em 07 Jul 2022 às 10:11.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** SENADO FEDERAL Disponível em: <<http://www.saude.am.gov.br/planeja/doc/constituicaofederalde88.pdf>> acesso em 05 Jul 2022 às 17:11

CUNHA, Antônio Eugênio. **Afeto e Aprendizagem, relação de amorosidade e saber na prática pedagógica.** Rio de Janeiro: Wak 2008.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: sobre Princípios, Política e Práticas em Educação Especial. Espanha, 1994.

GADOTTI, M. Autonomia da escola: **princípios e preposições**. São Paulo: Cortez, 1997.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6º ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HORNES, A. **O DEFICIENTE AUDITIVO E A INCLUSÃO NA ESCOLA REGULAR**. EDUCERE. Formação de Professores, Complexidade e Trabalho Docente. 2015. ISSN 2176-1396. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/16627_9019.pdf Acesso em: 06 Jul 2022 às 09:04.

LEONTIEV, A. N. In VIGOTSKII, Lev. Semenovich. LURIA, Alexander. Romanovich. e LEONTIEV, Alexis. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 12 ed. São Paulo: Ícone, 2012.

MARSHALL, T. H. **The Right to Welfare**. November, 1, 1965. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/j.1467-954X.1965.tb01140.x>> acesso em 13 Set 2022 às 11:07.

MARSHALL, T. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARCHESI, Álvaro; MARTIN, Elena. **Da terminologia do distúrbio às necessidades educacionais especiais**. Em: COLL, César S.; PALÁCIOS, Jesus; MARCHESI, Álvaro. Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e educação. Trad. Marcos A. G. Domingues. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p. 7-23.

MARTINS, S. E. S. de. O.; GIROTO, C. R. M. **Surdez, linguagem e educação inclusiva**. Educação Especial - Módulo 12. Deficiência auditiva/surdez. 2011. Disponível em: http://efpava.cursos.educacao.sp.gov.br/Resource/153528.9BA/Assets/Educa%C3%A7%C3%A3o%20Especial/pdf/modulo%2004/ede_m0402.pdf Acesso em: 13 Set 2022 às 15:25.

MENDES, E.G. **Perspectivas para a construção da escola inclusiva no Brasil**. In: PALHARES, M. & MARINS, S. (orgs.) Escola Inclusiva. São Carlos: EdUFSCar, p. 61-85, 2002 a.

PAIXÃO, J. A. *et al.* **Formação do professor de educação física e as dificuldades no início de carreira em escolas de ensino básico**. Rev. Horizontes, v. 34, n. 2, p. 57- 68, ago./dez. 2016.

PINO, A. **A criança e seu meio: contribuição de Vigotski ao desenvolvimento da criança e à sua educação**. Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Psicol. USP vol.21 no.4. São Paulo. 2010. Disponível em <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010365642010000400006&lng=pt&tlng=pt> acesso em 13 Set 2022 às 14:07.

PINTO, C. G. T. T.; NUNES, M. C. R. G. **A LITERATURA INFANTIL NO PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA**. V. 7, n.3. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/nra/article/view/7944> Acesso em: 25 Set 2021.

PINTO, C. L. TAVARES, H. M. O Lúdico na Aprendizagem: **Aprender a Aprender**. Revista da Católica, Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 226-235, 2010.

PROCÓPIO, A. L. L. **A inclusão de alunos com deficiência auditiva nas aulas de educação física escolar do ensino fundamental**. Monografia II do Curso de Licenciatura em Educação Física da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2021. Disponível em:

<https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/2870/1/Monografia%20final%20da%20Ângela2%20%281%29%5b2083%5d.pdf> Acesso em: 10:49 de 01 NOV 2022.

SALTINI, Cláudio J.P. **Afetividade e Inteligência**. Rio de Janeiro: Wak, 2008.

SILVA, J.G.; TEIXEIRA, M.L.O.; FERREIRA, M.A. **ALIMENTAÇÃO NA ADOLESCÊNCIA E AS RELAÇÕES COM A SAÚDE DO ADOLESCENTE**. Texto Contexto Enferm, Florianópolis, 2014. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/tce/v23n4/pt_0104-0707-tce-23-04-01095.pdf Acesso em 01 de Novembro de 2022.

SOARES, M. H. F.B. **Jogos e atividades lúdicas para o ensino de química**. 2º ed. Kelps, Goiânia; 2015.

STINGHEN, F. M.; LEVORATO, R. A. **COMO ATUAR COM ALUNOS QUE APRESENTAM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA**. IES : UTFPR. Curitiba - Paraná. 2019.

VYGOTSKY, L. S. (1994). *The problem of the environment* (T. Prout, trad.). In Van Der Veer, R. & Valsiner, J. (Ed.), *The Vygotsky reader* (pp. 338-354). Oxford, UK: Blackwell.

VIGOTSKI, L. S. (1997). *The history of the development of higher mental functions*. In *The Collected Works of L. S. Vygotsky* (Vol 5, pp.97-121). New York: Kluwer Academic.

VYGOTSKY, L. S. (1998). **Child psychology**. In *The collected works of L. S. Vygotsky* (Vol. 5). New York: Kluwer Academic.

VYGOTSKY, L. S. (2000). Manuscrito de 1929. *Educação & Sociedade*, 21(71), 21-44.

VYGOTSKY, L. S. (2001). *A construção do pensamento e da linguagem* (P. Bezerra, trad.). São Paulo: Martins Fontes.

VYGOTSKY, L. S. (2010). **A questão do meio na pedologia** (M. P. Vinha, trad.). *Psicologia USP*, 21(4).